

# A nova missão do ministro Malan

17 NOV 1998

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, começou ontem uma série de encontros, em grandes centros financeiros internacionais, para explicar o programa de ajuste fiscal e atrair capital privado ao Brasil. Governos do mundo rico e instituições multilaterais, com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em primeiro plano, montaram o socorro de US\$ 41,5 bilhões anunciado na sexta-feira. Bancos particulares ficaram fora do mutirão. Desde o agravamento da crise externa, em agosto, quando o governo russo declarou moratória, o setor bancário passou a agir defensivamente e encurtou as aplicações em economias emergentes. Empresas brasileiras, mesmo as mais saudáveis e com excelentes perspectivas de expansão, têm tido muita dificuldade para obter financiamento estrangeiro. Noutra situação, acesso difícil ao crédito externo seria um problema particular, talvez importante sob alguns aspectos, mas de alcance limitado. Na atual circunstância, a escassez de recurso estrangeiro ganha um significado maior: converte-se em problema nacional, porque envolve o equilíbrio do balanço de pagamentos.

O Brasil precisará, no próximo

ano, para evitar uma nova redução de reservas, levantar no exterior cerca de US\$ 60 bilhões ou pouco mais. Será o montante necessário para cobrir o déficit em conta corrente, estimado entre US\$ 27 bilhões e US\$ 30 bilhões, e para amortizar a dívida externa, uma despesa próxima de US\$ 33 bilhões. Segundo o acordo negociado com instituições multilaterais e governos, será possível mobilizar, no próximo ano, até US\$ 37 bilhões de créditos oficiais. Mas, efetivamente, o próprio governo prefere atrair outro tipo de recurso, deixando aquela disponibilidade de financiamento para o "último caso". De fato, a hipótese de recorrer àquele dinheiro é a menos otimista.

Em princípio, o mutirão de ajuda oficial ao Brasil deve servir para recriar as condições de confiança no País. Se esse resultado for obtido – e isso dependerá, naturalmente, da execução do plano de ajuste –, os desembolsos da ajuda governamental serão dispensáveis. O diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, e o seu vice, Stanley Fischer, manifestaram na sexta-feira a esperança de assistir, em breve, ao retorno do capital privado ao Brasil. É esse, como deixaram

claro, o objetivo mais próximo do esquema de ajuda. Globalmente, o programa deve servir a um objetivo mais ambicioso – a complementação do programa brasileiro de reformas. A maturação desse programa, porém, exige alguns anos, e é preciso, de imediato, garantir a travessia de uma fase crítica.

Ontem, o ministro Malan se reuniu com executivos do mercado financeiro em Nova York. O roteiro inclui, depois dos encontros nos Estados Unidos, paradas em Frankfurt, Paris e Londres. A tarefa do ministro é convencer os aplicadores da seriedade e do alcance do programa econômico do governo brasileiro, para restabelecer os fluxos de financiamento. Não se trata, agora, só de seduzir investidores para participar de um projeto nacional de longo prazo. A potencialidade brasileira é bem conhecida. O País tem um grande mercado, uma ampla base industrial, vem-se integrando rapidamente no mercado internacional e oferece grandes oportunidades a quem deseje investir em negócios duradouros. Essas perspectivas

**Para atravessar sem sustos a fase inicial do ajuste, falta normalizar o fluxo de capitais privados**

têm atraído grandes volumes de investimentos diretos – cerca de US\$ 23 bilhões neste ano. Só uma parte desse dinheiro tem sido aplicada nas privatizações. Outras oportuni-

dades também têm seduzido o aplicador estrangeiro. Nesta altura, é indispensável, porém, restabelecer as aplicações de outro tipo, simplesmente para permitir a travessia e pa-

ra evitar um desaquecimento mais severo da atividade econômica.

A pior fase da fuga de capitais parece ter passado. Além disso, dinheiro de fora começou a voltar às bolsas. A melhora é sensível, mas ainda insuficiente, e isso dá uma importância especial à missão do ministro Malan no exterior. De certo modo, é uma tarefa mais complicada que a negociação com instituições multilaterais e com governos. Para entidades oficiais, é rotina estratégica impedir ou atenuar uma crise num país ou numa região. Para a banca privada, precipitar a crise pode ser mais uma forma de ganhar dinheiro – sem nenhuma responsabilidade pelas consequências.

17 NOV 1998

ESTADO DE SAO PAULO